

POR FALTA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA REMUNERAÇÃO COMPLEMENTAR /SUBSÍDIO DE INSULARIDADE SINTAP PEDE AO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA QUE VETE A PROPOSTA DE DIPLOMA DO ORÇAMENTO REGIONAL

No passado dia 11 de novembro o SINTAP requereu, nos termos legais, à Vice-presidência do Governo Regional a abertura do processo negocial tendente à atualização da remuneração complementar/subsídio de insularidade, pelo facto do mesmo não ser aumentado desde 2012, sem que tivesse obtido qualquer resposta ou contraproposta no prazo legal de 30 dias fixado para esse efeito.

Ao invés, o Governo Regional optou por discutir e aprovar em sede de proposta de diploma de Orçamento Regional para 2016 a atualização dos complementos regionais de pensão e de abono de família em 5% e 10%, respetivamente, que se traduziu em aumentos financeiros de pouco mais de 1 e 0,46 Euros, mantendo contudo o valor base da remuneração complementar nos 52,05 Euros para os vencimentos com valores situados entre os 505 e os 618 Euros, sem que se tivesse concedido e respeitado qualquer negociação coletiva prévia na matéria com os sindicatos.

Enviada esta proposta de diploma à Assembleia Legislativa Regional, esta acabou por a aprovar sem que também tivesse promovido a necessária e devida audição pública sobre a mesma, violando-se deste modo os direitos de negociação coletiva e de audição constitucionalmente reconhecidos e atribuídos aos sindicatos.

Foi precisamente por causa desta dupla violação dos deveres de negociação coletiva por parte do Governo e de audição da parte da Assembleia Regional, suscetível de ser entendida como geradora de uma situação de inconstitucionalidade procedimental, que o SINTAP solicitou ao Representante da República a devolução à proveniência da proposta de Orçamento Regional para 2016 pelo facto das suas normas orçamentais que versam sobre a atualização minimalista dos complementos regionais de pensão e de abono de família e que mantem o valor intacto da remuneração complementar não terem sido alvo da devida discussão prévia com os sindicatos do setor.

COMUNICADO



SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

Açores

A finalizar, o SINTAP reafirma a sua proposta de atualização da remuneração complementar para 2016 em 10% tornando pública a sua firme disposição para dialogar, e lutar se preciso for, no sentido de garantir o reforço do poder de compra dos salários de quem menos ganha na função pública, que não usufruem de qualquer aumento desde 2010.

Açores, 21 de dezembro de 2015

SINTAP/AÇORES



Sede

Lisboa: Rua Damasceno Monteiro, 114 | 1170-113 LISBOA | Tel: 21 01 22 600 | Fax: 21 01 22 699 | E-mail: sintap@sintap.pt | www.sintap.pt

Secções Açores

Angra do Heroísmo [Secção Coordenadora Regional]: Rua do Barcelos, 21/23, Sé, 9700-026 Angra do Heroísmo | Tel: 295 628 887 | Fax: 295 628 888 | E-mail: sede@sintapazores.com | www.sintapazores.com
Ponta Delgada: Rua Dr. João Francisco de Sousa, 20-1º, 9500-187 Ponta Delgada | Tel: 296 629 749 | Fax: 296 284 192 | E-mail: pdl@sintapazores.com
Horta: Calçada da Conceição, 11 r/c, 9900-082 Horta | Tel: 292 292 671 | Fax: 292 391 215 | E-mail: horta@sintapazores.com